

# DE ESPAÇOS AGRÍCOLAS A ESPAÇOS DE CONSUMO: OS PROCESSOS SOCIAIS NO MUNDO RURAL PORTUGUÊS<sup>1</sup>

## FROM AGRICULTURAL AREAS TO THE CONSUMER SPACES: THE SOCIAL PROCESS IN THE PORTUGUESE RURAL WORLD

**Elicardo Heber de Almeida Batista**

Doutor em Geografia na Universidade Estadual Paulista/Campus Presidente Prudente  
elicardoheber@yahoo.com.br

**Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol**

Docente na Universidade Estadual Paulista/Campus Presidente Prudente  
medeiroshespanhol@gmail.com

### Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre os processos sociais no meio rural português no contexto de transição de um progressivo declínio das atividades agrícolas à sua identificação enquanto um espaço de consumo. Os processos que ocorrem no denominado mundo rural e as mudanças baseadas em um conjunto de processos sociais, exigem a necessidade de reflexão e superação sobre as oposições entre o campo e a cidade como universos marcados como “mundos” sociais e espaciais descontínuos. Neste sentido, haverá no artigo, uma discussão sobre o rural contemporâneo português enquanto objeto de uma leitura, concluindo que as dinâmicas que ocorrem naquela específica experiência associam o mundo rural como um espaço a ser consumido e organizado para atender distintas demandas, dentre elas, das sociedades urbanas.

**Palavras-chave:** Portugal, rural, campo-cidade, processos sociais.

### Abstract

The purpose of this article is to reflect on the social processes in the Portuguese countryside in the context of transition from a progressive decline in agricultural activities to its identification as a space of consumption. The processes that occur in the countryside and changes based on a set of social processes, require the need for reflection and overcoming about the oppositions between the Rural and the Urban City as universes marked as "worlds" discontinuous spatial and social.. In this sense, there will be in the article, a discussion on contemporary Portuguese countryside as object of a read, concluding that the dynamics that occur in that specifies the Rural associate experience as space to be consumed and organized to meet different demands, among them, urban societies.

**Keywords:** Portugal, Rural, Rural-Urban, Social Processes.

## Introdução e breve explicação teórica

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre os processos sociais no meio rural português no contexto de transição de um progressivo declínio das atividades agrícolas à sua identificação enquanto um espaço de consumo em experiências locais em Portugal. Para destrinchar a ideia de rural enquanto espaço de consumo, o texto trará três experiências locais em Portugal: I – Aldeias nos arredores de Coimbra (norte- litoral); II – Aldeias e pequenas propriedades rurais nos arredores de Montemor-o-Novo (sul – interior); e, III - Algarve (Sul-Litoral). Entre os Antropólogos e Geógrafos portugueses há uma afirmação que o entendimento dos processos em Portugal passa o entendimento de 3 (três) dicotomias complementares: o Norte/Sul, litoral/interior e o rural/urbano. Dessa tríade, certamente o mais difícil é estabelecer as fronteiras entre o rural e o urbano pelas intensas trocas materiais e simbólicas entre ambas. O texto traz um debate baseado na bibliografia sobre o rural e pesquisas de campo (evidências empíricas) nas referidas localidades portuguesas.

As pesquisas sobre os universos sociais rurais e urbanos têm apresentado dinâmicas sociais, econômicas e culturais que apontam para as fragilidades (presentes, por exemplo, nos princípios da sociologia rural) sobre uma determinada natureza dual dos mundos rurais e urbanos, sustentados em um conjunto de oposições. Dentre essas oposições haveria principalmente um conjunto de atividades agrícolas (praticadas no meio rural) e atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços (concentrados no mundo urbano).

Em determinados estudos “clássicos” sobre a natureza das relações entre os mundos rurais e urbanos, a sociedade rural é entendida como uma sociedade específica em que os indivíduos trabalham em atividades agrícolas, ou seja, na exploração do cultivo de plantas e animais. Essas inserções laborais configurariam o centro das ocupações dos indivíduos residentes ou trabalhadores no “mundo rural”. Grosso modo, as ocupações (ou os tipos de ocupações) marcariam uma diferenciação essencial entre uma sociedade urbana e a sociedade rural. Além disto, haveria o acréscimo das diferenças ambientais considerando que “(...) a população rural encontra-se, pois, em relação direta com a terra, porque a mãe terra é, definitivamente, a única criadora e manufatureira das plantas e dos animais” (SOLARI, 1979, p.6), o que demarcaria outra

diferenciação (e até mesmo “fronteiras”) entre o campo e a cidade, ou seja, o mundo rural seria marcado por uma relação mais próxima com a natureza.

A natureza das ocupações rurais faz com que os homens que se dedicam a elas trabalhem ao ar livre em uma proporção maior do que na maioria das ocupações urbanas. (...) o habitante rural está muito mais exposto às condições do meio físico, as variações dessas condições, em contato muito mais estreito com a natureza. (...) o habitante urbano vive rodeado de um ambiente artificial, conhecendo a Natureza na maioria dos seus aspectos – através do cinema, dos livros, ou de eventuais saídas ao campo, o que da origem – como se verá oportunamente – a grandes diferenças psicológicas (SOLARI, 1979, p.6).

O tamanho das comunidades (menores nas sociedades rurais), a correlação negativa entre o volume demográfico de uma comunidade e sua percentagem de habitantes dedicados às atividades agrícolas, a homogeneidade (das sociedades rurais), baixa densidade demográfica, responsável por sustentar relações sociais pautada no interconhecimento e heterogeneidade (das sociedades urbanas), dentre outros, seriam outros elementos conformadores de uma diferença entre o rural e urbano e demarcariam fronteiras (inclusive imaginárias) entre ambas.

Haveria uma marca de oposição entre o campo e a cidade que comporiam universos sociais (econômicos e culturais) descontínuos e distintos, mas marcado por uma relação de subordinação e de complementariedade do campo em relação à cidade. O campo e a cidade conformariam dois universos substancialmente distintos. Com um universo rural centrado na produção agrícola, ou seja, uma sociedade rural ocupacional nas produções animais e vegetais e o urbano com o trabalho industrial, comercial e de serviços, se trataria não apenas de realidades homogêneas, mas marcadas por contraposições (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

Nas relações marcadas pela dualidade/dicotomias, as diversas diferenciações existentes entre o mundo rural e o urbano desapareciam mediante um processo de urbanização (processo natural e inevitável). O desenvolvimento do rural se daria nos moldes do urbano (resultado de um processo de expansão e generalização do urbano).

Determinadas características próprias de universos distintos (o campo/atividades agrícolas/desenvolvimento agrícola e a cidade/ indústria e prestação de serviços) seriam elementos verificáveis empiricamente e marcariam um mundo rural caracterizado pela escassez e pelo atraso, com uma posição central das ditas atividades agrícolas na

organização da vida econômica e social das populações rurais (elemento que as diferenciariam de outras populações).

As populações das comunidades rurais tende a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais do que a população das comunidades urbanas. Por homogeneidade é entendido, em primeiro lugar, similaridade de características psico-sociais adquiridas tais como linguagem, crenças, opiniões, tradições, padrões de comportamento, etc. (...) as populações citadinas tem sido sempre “um cadinho” em que se misturam indivíduos de nacionalidades, religiões, culturas, tradições, costumes, condutas e gostos diferentes. (...) a cidade é uma comunidade na qual coexistem os tipos humanos os mais opostos e contrastantes: gênios, idiotas, brancos e negros; os mais sadios e os mais doentios; multimilionários e indigentes; imperadores e escravos; santos e criminosos; ateus e crentes ardentes; reacionários radicais e revolucionários radicais. (...) a cidade é uma co-residência dos tipos de personalidades humanas as mais heterogêneas e contrastantes, enquanto a comunidade do campo contém tipos mais nivelados, homogêneos e uniformes (SOLARI, 1979, p.204).

Considerando a dinâmica do mundo rural nas ditas sociedades contemporâneas há correntes analíticas que defendem que a natureza dos processos sociais referentes à diminuição da população que trabalha nas atividades agrícolas é uma consequência da hegemonia de um modelo produtivista. Esse referido fenômeno seria resultado do processo de urbanização das localidades rurais, ou seja, a generalização de um padrão de vida urbana e a dissolução das especificidades que distinguia o rural do urbano. A urbanização dos mundos rurais seria em decorrência de um processo natural e inevitável de modernização da sociedade (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

Como um contraponto ao processo de esvaziamento social, econômico e até mesmo cultural do mundo rural, há correntes interpretativas que defendem a necessidade de entender os processos não no sentido de determinação do fim do rural, mas as características que o rural está assumindo nas sociedades contemporâneas e qual é a natureza das relações entre os mundos rurais e urbanos além das dinâmicas atuais das sociedades rurais. Ou seja, a modernização do rural em padrões das cidades, não estaria definindo o fim do rural, mas a conformação de novas formas de sociabilidades e de relações sociais baseadas em uma rede complexa de atores sociais que não apontariam para um processo de urbanização que representaria uma homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

Após propagação do desaparecimento do rural agrícola e campesino na França, alguns pesquisadores identificaram um retorno da população ao meio rural. Em grande

medida, um retorno marcado por uma desconexão entre as pessoas/famílias e as atividades agrícolas, com forte peso do rural como lugar de morada/espaços de vida, e instigado por fatores como a busca por uma qualidade de vida ou até mesmo o acesso a uma moradia (KAYSER, 1990). Na experiência inglesa, outros autores afirmaram haver os fenômenos da “ambientalização do rural” e de uma diversificação das atividades econômicas de orientação distinta do produtivismo agroindustrial (MARSDEN, 1995).

A desconexão da noção de rural de alguns traços ou características tais como a atividade agrícola e a comunidade, redirecionou a novas abordagens ou novas concepções sobre o rural. Neste sentido, entrou no debate sobre o mundo rural uma dimensão identitária, das relações sociais e das relações entre atores e espaços (MORMONT, 1989) e das representações que os atores criam e reproduzem sobre o rural (MATHIEU, 1998; DE PAULA, 2001) ou até mesmo os entrelaces entre distintas dimensões, sobretudo espacial, relacional e representacional. No mais íntimo, este debate tinha como proposta a superação da dicotomia rural-urbano ou até mesmo o deslocamento do rural para outras categorias mais neutras, tais como o local ou a localidade rural.

Contrapondo a ideia de fim do rural, ao analisar os dados censitários sobre a França, KAYSER (1990) identificou o fenômeno social de redirecionamento das dinâmicas populacionais com o retorno da população urbana ao campo, o que foi denominado de revitalização do rural. Em grande medida, essa revitalização das localidades rurais foi marcada por um retorno dessa população que deixou de ter as atividades agrícolas como o centro das ocupações.

Entretanto, apesar da natureza desses processos e de novas dinâmicas no mundo rural, as atividades agrícolas permanecem nesse cenário como um importante elemento para “qualificar o rural”, seja para afirmar o seu fim, seja definir os seus novos parâmetros dentro da sua especificidade (CARNEIRO, 2008). Ou seja, a figura do agricultor “permanece emblemática na representação do campo no imaginário dos pesquisadores, e também no dos habitantes da cidade e dos neo-rurais” (CARNEIRO, 2008). A necessidade de distinção entre as populações urbanas e as populações rurais não seria somente por necessidade administrativa ou para o processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas porque elas são a representação social que, no imaginário da sociedade, liga o rural ao agrícola.

Entretanto, há correntes do pensamento sobre os mundos rurais e urbanos que propõem o fim da dicotomia rural-urbano no processo de qualificação de mundos sociais distintos nas sociedades contemporâneas. Como um fenômeno bastante complexo, é muito comum a utilização da atividade agrícola como elemento definidor dos mundos rurais. Com o fenômeno da modernização da agricultura e da sociedade, o que ocorreu nos ditos países desenvolvidos (como exemplo de determinadas regiões francesas e em Portugal) foi um progressivo processo de diminuição dos postos de trabalho na atividade agrícola e uma amplificação das atividades não-agrícolas em territórios rurais, ou seja, não ligadas diretamente às produções animais e vegetais. Esse fenômeno aponta para a heterogeneidade das formas de ingresso dos residentes no meio rural e as diversidades de demandas diferenciadas dos residentes nos espaços rurais. Entende-se que a heterogeneidade de formas de ocupação das populações rurais (inclusive em experiências locais em Portugal ou até mesmo no Brasil) remete a necessidade de pensar em economias locais ou economias regionais para interpretar os diversos processos sociais e econômicos que ocorrem em universos sociais heterogêneos. O mundo rural não é necessariamente agrícola.

A diversidade dos mundos rurais possibilita reconhecer que em muita das vezes, a produção animal e vegetal é o centro de ocupação do indivíduo, da família ou dos grupos domésticos, há, entretanto, agentes sociais com demandas para além da própria atividade agrícola. Se nos atentarmos para as experiências locais em Portugal houve uma revitalização rural em contextos muito específicos. Esses fenômenos que ocorreram/ocorrem nas regiões rurais são marcados por duas dinâmicas interessantes: I – essa revitalização do rural ocorre por uma retração do êxodo rural (ou certa diminuição da saída de famílias e pessoas de suas localidades de origem); II – redução no número de pessoas ocupadas na atividade agrícola e um crescimento expressivo das ocupações não-agrícolas. Em grande medida, a experiência portuguesa aponta para um espaço rural que procura novos contornos (BAPSTISTA, 2009), pois depois dos impactos da emigração (sobretudo para outros países europeus, mas não apenas) e da migração interna dos campos para as cidades, o que ocorreu em Portugal foi uma transição rural associada ao declínio da hegemonia da agricultura e uma forte identificação do espaço rural como um espaço de consumo. Trata-se de uma população rural que:

Na sua grande maioria dissocia do espaço agroflorestal por onde se dispersa, tanto relativamente ao trabalho como ao rendimento dos habitantes dos lugares e das aldeias. A agricultura e a floresta já não asseguram esta ligação e ainda não se consolidaram outras atividades que, eventualmente possam fazer essa rearticulação. A ruptura ultrapassa, no entanto, o plano da economia, pois, por exemplo, a maior parte da população rural pouco recorre os campos que circundam os povoados (BAPTISTA, 2009, p.7).

O fenômeno do crescimento das atividades não-agrícolas ou o peso delas para o conjunto de estratégias de reprodução social das famílias rurais, residentes, por exemplo, em aldeias e vilas portuguesas, remete às próprias dificuldades operacionais quando o objetivo é traçar o conjunto de ocupações de famílias rurais (nem sempre ligadas as atividades agrícolas) e às próprias políticas públicas e projetos de intervenção em realidades locais.

Para além de sustentar a necessidade de superação da oposição artificial entre campo e cidade e das diferentes ocupações das populações do campo e da cidade, entende-se que há no campo demandas que não se restringem a atividade agrícola conformada por famílias rurais (ou indivíduos) que desejam permanecer no rural como local de residência, mas não necessariamente trabalhando nas atividades agrícolas (produção animal e vegetal). Este fenômeno na realidade portuguesa remete a uma retração da atividade, uma frágil e difícil delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano e a diminuição do aproveitamento agrícola (perspectiva produtivista da terra).

O processo de ampliação de famílias rurais, mas não necessariamente agrícolas, remete a um ambiente social e econômico, por um lado, marcado pela existência de empregos próximos as vilas e aldeias e, por outro, pela rede de transportes que possibilita os deslocamentos dos trabalhadores. Essa rede de transportes, não apenas promove novos contornos relativos às sociabilidades, mas possibilita uma contínua relação entre rural (local de morada) e outros espaços (local de trabalho), mas fora da atividade agrícola.

Considerando que em realidades locais há dificuldade de viver na atividade agrícola (tamanho das propriedades, crises no setor agrícola, fracasso dos projetos no âmbito nacional e de forma mais ampla na União Europeia - UE etc.) percebe-se que em Portugal trata-se de um rural cada vez menos agrícola, o que derruba qualquer tentativa de classificação dos mundos rurais e urbanos baseados estritamente nas atividades ali desenvolvidas, como exemplo, rural/agrícola e urbano/comércio, serviços e industriais.

Ou seja, os critérios das atividades são insuficientes para contemplar a diversidade e a complexidade dos atuais mundos rurais e urbanos.

### **Os processos sociais no mundo rural europeu: a experiência portuguesa**

No decorrer do século XX, principalmente após a Segunda Guerra mundial (1939-1945), o mundo rural europeu passou por consideráveis transformações a partir de um conjunto de processos (endógenos e exógenos) que resultaram, por exemplo, na perda de importância da atividade agrícola no mundo rural, a ampliação do desemprego e a migração campo/cidade que influenciou no processo de envelhecimento das sociedades rurais (JACINTO; ALVES, 2012). Esse conjunto de fatores influenciou no processo de acentuação da dependência e marginalização dos espaços rurais.

O abandono das atividades agrícolas e o êxodo rural se deu com maior profundidade no chamado “rural profundo” (CAVACO, 2012), espaços rurais marcados por uma perda da população residente, despovoamento dos lugares e das aldeias, uma população sem uma atividade econômica, analfabeta ou pouco instruída, elevado envelhecimento, dependência das pensões e reformas (aposentadorias), densidades demográficas muito baixas, tecidos sociais debilitados e poucos equipamentos sociais (sobretudo escolas e centros de saúde). O despovoamento é um problema que existe em todo o território português (continental e ilhas autônomas), mas se acentua em áreas distantes dos litorais (mais povoado).

Com uma população menor que a da vizinha Espanha, Portugal é um país mais densamente povoado (90 habitantes por km<sup>2</sup> na Espanha e 120 por km<sup>2</sup> em Portugal).

Entretanto, a população portuguesa é distribuída de forma muito desigual, concentrando nas áreas litorâneas, principalmente no concelho e região metropolitana de Lisboa (Tabela 1). As áreas menos povoadas estão localizadas no sul do país e nas limítrofes com a Espanha. Em relação aos distritos de Lisboa, Porto, Viseu e Braga, o Alentejo é um vazio demográfico. Ao mesmo tempo em que há o despovoamento das áreas rurais há uma concentração da população nas áreas urbanas.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (O IBGE português) mostram um país com um contínuo aumento da população urbana: A população urbana, passou de 22% em 1960, para 27,7% em 1975 e atualmente os indicadores apontam para 61,1% (INE, 2014). Em três décadas, o número de portugueses residentes nas cidades passou

de 3 para 6 milhões de habitantes com uma estimativa de 75% da população nacional residindo nas cidades no ano de 2050 (EUROSTAT, 2012). Em 2014, Lisboa, Porto e arredores, localidades litorâneas, concentram a maioria dos portugueses. O litoral exerce maior atração sobre o interior, sobretudo em relação ao sul, com tendência a ficar cada vez menos povoado.

**Tabela 1:** Distribuição desigual da população- Portugal continental e regiões autônomas

<b>Distrito</b>	<b>População (2011)</b>	<b>Densidade pop. (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Aveiro	735,790	254,34
Beja	152,758	14,93
Braga	848,185	317,31
Bragança	136,252	20,61
Castelo Branco	225,916	33,84
<b>Coimbra</b>	<b>429,714</b>	<b>108,87</b>
<b>Évora</b>	<b>168,034</b>	<b>22,72</b>
<b>Faro</b>	<b>434,023</b>	<b>87,50</b>
Guarda	168,898	30,60
Leiria	470,895	134,31
Lisboa	2,244,799	813,03
Portalegre	111,009	18,30
Porto	2,027,191	758,39
R. A. Açores	247,440	106,06
R. A. Madeira	261,313	326,23
Santarém	465,701	69,02
Setúbal	866,794	171,16
Viana do Castelo	250,390	111,03
Vila Real	213,775	49,39
Viseu	391,215	78,13
<b>População total – Portugal continental</b>	<b>10,427,301</b>	
<b>População total - Região Autônoma dos Açores</b>	<b>247,440</b>	
<b>População total - Região Autônoma da madeira</b>	<b>261,313</b>	

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística (2009; 2012).

Por um lado, há o problema das aldeias, onde há uma tendência de permanência dos idosos e migração dos mais jovens (para as cidades e a migração do tipo internacional), e o problema dos distritos que não consegue “segurar” sua população.

As migrações e suas distintas tipologias sempre fizeram parte da dinâmica populacional portuguesa e é parte constitutiva da estrutura social.

Entretanto, chama a atenção um momento na dinâmica populacional portuguesa onde há por um lado uma progressiva diminuição das populações residentes nas áreas rurais e uma diminuição da população total do país como resultado das migrações em

contexto de crise. Abaixo dois recortes emblemáticos sobre a migração portuguesa (quadro 1).

**Quadro 1:** Dois recortes sobre a migração na experiência portuguesa

Ano	Número total de migrantes	Média de migrantes/ano	Principais destinos	Principais causas
1960 – 1970 (10 anos)	645.964	60.000 pessoas/ ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>- África (ex colônias);</li> <li>- América Latina (Brasil e Venezuela);</li> <li>- América do Norte (EUA e Canadá,);</li> <li>- Europa (França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Guerras colônias;</li> <li>- Melhores condições de vida (emprego e renda);</li> <li>- Migração de pessoas com baixa escolaridade e busca por empregos precários ( sobretudo construção civil e domésticas) – migração do trabalho precário.</li> </ul>
2011 – 2014 (4 anos- contexto de crise econômica)	485.128	1232.000 pessoas/ ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reino Unido, Espanha e Angola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Austeridade, desemprego e baixo dinamismo da econômica portuguesa;</li> <li>- Crise econômica;</li> <li>- Aumentos nos índices de pobreza – Em 2013, a taxa de pobreza em Portugal era de 19,5%. Os portugueses retrocederam para 2005, considerando que a taxa de pobreza era, então, de 18,5%;</li> <li>- 1/5 da população economicamente ativa desempregada;</li> <li>- Migração de jovens com altos índices de escolaridade.</li> </ul>

**Fonte:** INE (2014); PERES JORG (2014); EUROSTAT, (2013).

**Observação:** Na União Europeia, considera-se que uma pessoa vive em situação de risco de pobreza quando os seus rendimentos são inferiores a 60% do rendimento médio por agregado familiar do respectivo país. No ano de 2014, o salário mínimo vigente em Portugal era de € 485,00.

Entre 1960 e 1970 apenas no ano de 1966 migraram mais de 1000 mil pessoas, ou seja, 120.239 portugueses imigraram. Nos anos entre 2011 e 2014 (período de crise econômica), todos os anos, mais de 100.000 portugueses imigraram (INE, 2014). Mas trata-se de outro tipo de migração e diferenciada das correntes migratórias ocorridas nas décadas de 1960 e 1970.

As migrações no início de século são constituídas por pessoas com outras competências técnicas e capacidades. Somada a imigração, Portugal deixa de ser atraente para os estrangeiros. Só em 2009 mais de 60.000 estrangeiros abandonaram Portugal, principalmente os Brasileiros (Banco de Portugal, 2012). Segundo as projeções europeias, em 2030, Portugal terá 9.777 milhões de habitantes, em 2050 terá um total de 8.822 milhões de habitantes e em 2080 terá na casa dos 7.112 milhões (EUROSTAT, 2012). Ou seja, se Portugal não desenvolver políticas de natalidade e atração de imigrantes, o país irá encolher cada vez mais. A atração de imigrantes depende consideravelmente da dinâmica econômica nacional. Em crise, Portugal tido pouca capacidade de atrair imigrantes do trabalho ou pessoas com intuito de estabelecer residência, mas que depende de um emprego. Outro problema é o país conseguir reter seus jovens com altos índices de escolaridade.

Para o caso português, em experiências específicas, há um fenômeno em que as evidências empíricas apontam para a permanência da imigração e com um novo perfil (competências técnicas e capacidades). Trata-se de jovens portugueses que detêm alta escolaridade (formação superior, mestrados e doutorados, não raro dominam dois ou mais idiomas), mas, em decorrência da crise econômica iniciada em 2007, não conseguem inserções no mercado de trabalho em suas localidades de origem. Para eles, a possibilidade de ocupação/empregabilidade só é ampliada e, muitas vezes viabilizada, mediante a imigração (com destino preferencial para o Reino Unido). Esse tipo de imigração de indivíduos com alta qualificação (*brain drain*) difere do perfil padrão dos emigrantes portugueses dos anos 1960, quando havia um tipo de mobilidade espacial mais “indiferenciado e de baixas qualificações” (BAGANHA, 2004). Essa fuga de jovens altamente escolarizados influencia diretamente no saldo migratório de Portugal e expõe claramente a impossibilidade de permanecerem em seu país de origem, mesmo que essa permanência seja por eles desejada.

Os jovens, recém-formados em áreas e níveis distintos (licenciatura, mestrado e doutorado), com destaque para os cursos de Engenharia Elétrica, Enfermagem, Ciências Sociais, Economia, Direito etc., que imigram para a França, Reino Unido, Angola (África) ou Brasil (América do Sul), entre outros destinos, prefeririam permanecer próximo aos seus grupos sociais, inserindo-se, no máximo, num fenômeno que os estudos migratórios denominam *brain circulation*, um tipo de mobilidade espacial mais

temporária, diferente do *brain drain*, que configura uma migração laboral mais permanente. A imigração desses jovens pode representar uma nova, ainda que restrita, possibilidade, de empregabilidade formal, mas, ao mesmo tempo, revela-se a real privação de manter laços próximos aos seus grupos sociais de pertencimento. Nesse sentido, trata-se do drama de permanecer em Portugal, desocupados ou submetidos a empregos precários, ou imigrar e estar diante de uma possibilidade real de ruptura do contato *vis-à-vis* com seus familiares, amigos, grupos de vizinhança, parentesco etc. mesmo os jovens residentes nas aldeias ou no meio rural de uma forma geral, tem que migrar mesmo quando há o desejo de uma permanência.

Em uma visão geral, no caso português, o rural é definido como o oposto aos espaços urbanos, ou seja, como “tudo o que não é urbano”. Esta visão ampla traz em si uma dimensão social (rural como comunidades administrativas onde todos se conhecem mutuamente), geográfica (relativa dispersão social no espaço), pública (relativa raridade dos serviços públicos) e do trabalho (com forte peso das atividades agrícolas).

Essa configuração do que se entende por rural é largamente utilizado no caso europeu, como exemplo na França. Para a experiência portuguesa, as áreas predominantemente rurais eram consideradas como áreas pouco densamente povoadas. E espaços em que a população camponesa dependia fortemente das atividades agrícolas, visão que teve que ser modificada ou ampliada a partir das transformações que ocorria (e que permanece a ocorrer nesses espaços), o que obriga a incorporar novas dimensões ao que se entende por rural como exemplo no campo de trabalho de famílias residentes nas áreas consideradas não urbanas. A perda de importância da atividade agrícola (secundarizada ou abandonada) mediante novas formas de trabalho e ocupações (monoatividade não agrícola ou pluriatividade) apontam para o rural além da produção agrícola e também e cada vez mais com um significado de local de moradia. Para o caso português torna-se explicitar que:

A umbilical relação entre exploração agrícola e família deixou de existir quando a economia doméstica deixou de ser o prolongamento exclusivo da economia de exploração, por ter encontrado fontes de rendimentos alternativas e complementares. Embora a agricultura tenha perdido a hegemonia na vida econômica e social nas aldeias e tenham ocorrido profundas alterações na organização do trabalho e nos modelos culturais e de consumo, o significado e importância desta atividade não podem ser negligenciados. Melhores remunerações exteriores a exploração ajudaram a diminuir o número de elementos da família a trabalhar na agricultura, o que veio a acelerar a mudança na tradicional cultura rural, que esteve exposta a

duas mudanças decisivas: crescente homogeneização dos hábitos, comportamentos, valores e saberes e forte exposição a procura dos espaços rurais, por parte dos urbanos, para novas atividades, o que veio a alterar as relações na sociedade rural, tornando as relações mais impessoais (JACINTO; ALVES, 2012, p. 126).

Os referidos processos sociais não ocorreram de forma homogênea no espaço rural português e suas expressões locais aconteceram também em outros contextos sociais, econômicos e culturais consideravelmente distintos: na Europa, na América Latina, na América do Norte, etc.

Os elementos que ajudaram a construir os processos sociais no caso português também se evidenciam em experiências pontuais no Brasil, como exemplo, a ampliação do campo de possibilidades de trabalho de famílias agrícolas para além da produção animal e vegetal. A diminuição das distâncias entre o mundo rural (local de morada) e o mundo urbano (local de trabalho), através da ampliação das redes de transportes e de comunicação possibilitou aos rurais a amplificação ou a articulação dos rurais com mercados de trabalho urbanos e regionais, como exemplo, nas fábricas de calçados na Serra Catarinense no Brasil ou de assentados rurais que trabalham nas cidades da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro (Brasil).

O acesso dos rurais a uma educação formal (ou formações específicas) ampliam a possibilidade do trabalho fora da propriedade familiar e a dilatação de ganhos que podem significar a secundarização ou até mesmo o abandono das atividades agrícolas quando pouco rentáveis. Esse fenômeno depende do ambiente social em que as famílias estão inseridas. O processo de descentralização industrial ou a ampliação da possibilidade de empregabilidade em setores relativos à prestação de serviços favorecem a saída dos indivíduos ou da família da atividade agrícola e o trabalho em outras áreas fora da agricultura. Esses processos apontam para a dificuldade de classificação do rural considerando apenas as ocupações familiares e, de forma mais estrita, de considerar o rural como sinônimo de agrícola (tanto dentro quanto fora da propriedade familiar).

Em Portugal, os estudos rurais apontam para um cenário de seu declínio e desaparecimento sequenciado por uma desvinculação entre as atividades produtivas direcionadas à produção agrícola (produção animal e vegetal) e as populações ali residentes. O rural português transforma-se em uma espécie de reserva ambiental e cultural (CALDAS, 2003, p. 17).

No cotidiano, terminologias tais como lavradores, lavoura, agricultor, camponês e aldeia vão desaparecendo dos espaços públicos urbanos e o que não é urbano é entendido como província, o restante do país, o interior e o campo. Desde os anos 1930-1960, quando foi alvo de vultosas pesquisas, como exemplo, na etnografia e na geografia, no campo acadêmico, os espaços rurais foram perdendo espaços nas agendas de pesquisa, ou seja, ocorreu uma espécie de fim do rural enquanto objeto científico (FIGUEIREDO, 2011).

A literatura atual sobre o rural português trata de fenômenos referentes à desertificação humana, do despovoamento, da perda populacional, do êxodo, dos territórios de baixa densidade, da desvalorização da atividade agrícola e do aparecimento da categoria “agricultor jardineiro” que recebe para não produzir. Há, nesse sentido, a construção de um retrato pessimista sobre o mundo “rural território” (CALDAS, 2003), o “rural frágil” (FIGUEIRA, 2011) ou uma ruralidade portuguesa mítica em que permanece como representações desastrosas herdadas do Estado Novo (DOMINGUES, 2011: 136).

Na década de 1990, os estudos rurais sobre o caso português ganharam um novo impulso, sobretudo ao centrar as análises nas políticas de desenvolvimento (local e territorial), da ambientalização e patrimonialização do rural, mas sempre destacando os problemas relativos à demografia dos espaços rurais. Por um lado, os estudos centram no esvaziamento do rural (questão demográfica) e muito pouco retrata o ressurgimento ou regresso populacional ao rural (como local de morada, trabalho ou ambos). O que há são pesquisas que apresentam os fenômenos pontuais relativos aos novos residentes nos espaços rurais e seus impactos em uma recuperação demográfica, do processo de melhoria das casas das aldeias ou vilas pelos retornados (dentre ele os imigrantes /imigração de retorno aos seus locais de origem) ou da chegada de moradas com trajetória de vida urbana, dentre eles, os estrangeiros (Ingleses, alemães, luxemburgueses, dentre outros). Neste sentido, surgem novas categorias sociais, tais como os neorurais, os novos povoadores ou os imigrantes retornados que apropriam desse espaço (sobretudo como morada) e isto aponta para determinados sentidos ou significados no/do rural, tais como reocupação ou retorno. Entretanto, parte desta ocupação se dá por pessoas que não têm necessariamente uma trajetória ligada às atividades agrícolas e a sua presença no meio rural é muito orientada pela busca de um

modo de vida, muitas das vezes de forma consideravelmente romântica (harmonia, pureza do ar, tranquilidade etc.) não raro romantizada.

Há na realidade projetos específicos de revitalização dos espaços rurais e parte deles passa por uma tentativa de atração das populações rurais para esses lugares. São projetos com distintos enfoques e parte disso se dá na tentativa de atração das pessoas (ou pessoas) oriundas das cidades.

Há afirmações, no caso português, que jamais existiram políticas acertadas para a resolução dos problemas dos espaços rurais (FIGUEIREDO, 2011). As políticas estatais centraram as apostas na transformação do mundo rural em espaços de consumo para a população urbana. Entretanto, muitas das experiências desse rural como espaço de consumo iniciou através de “projetos espontâneos”, ou seja, sem a orientação das políticas públicas, como exemplo, no caso do turismo rural organizado para atrair pessoas oriundas das cidades.

Os espaços rurais portugueses são foco de distintas políticas setoriais, mas desde a adesão do país à União Europeia (UE), passaram a ocorrer em todo o território português distintas experiências direcionadas ao desenvolvimento rural. Nesse sentido, surge no âmbito da política agrícola europeia (Política Agrícola Comum – PAC) em 1990. A crise da agricultura nos anos de 1970 e a necessidade de aumentar a competitividade dos territórios mais distantes do centro econômico europeu. Somada a uma pressão dos países do norte da Europa para maior descentralização e aprofundamento da democracia local na União Europeia (MORENO, 2003), foram alguns elementos que estão na base de construção do segundo pilar da PAC. Foi se esquematizando, experimentando e consolidando particularmente mediante a elaboração e implementação do programa “Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural” (LEADER) as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural em Portugal, mas políticas consideravelmente centradas no rural agrícola (produção).

O referido programa financiou por mais de duas décadas um conjunto de projetos, em nível local, objetivando a dinamização sociocultural e econômica dos espaços rurais na Europa. No caso da experiência portuguesa, as iniciativas implantadas foram distintas, seja no respeito à natureza das intervenções ou em relação aos principais promotores dessa iniciativa (MORENO, 2003).

No geral, os impactos dos projetos implantados no âmbito do programa LEADER não são consensuais entre os investigadores sobre o rural. Por exemplo, uma das afirmações se dá no sentido que o programa não teve como resultado um nível de equidade esperado. Em grande medida isso se deu em decorrência das situações assimétricas nos territórios europeus (MARS DEN, 2008). Na experiência portuguesa, os autores afirmam que a medida tornou-se insustentável e que a centralidade do programa no turismo e patrimonialização do rural acarretou uma espécie de “McRuralização” (FIGUEIREDO, 2011, p.21), que dentre outros efeitos não conseguiu responder as ambições dos territórios e diminuir o processo de desaparecimento das aldeias e das populações rurais na perspectiva de contenção das distintas migrações. Como pontos positivos do programa, destaca-se a abordagem e a metodologia elaboradas pelo LEADER que instigaram ações integradas no meio rural e as parcerias locais entre as três distintas esferas (Estado, mercado e sociedade civil) que entraram no léxico do desenvolvimento rural (CARNEIRO, 2005; MORENO, 2007).

Na questão mais relativa à atividade agrícola, o governo português tem se concentrado nos últimos anos em nível central no intuito de reativação da agrícola e de valorização social da atividade ligada à produção animal e vegetal. Nesse referido processo, cabe destacar o importante papel das instituições públicas locais que têm se empenhado na direção do “acesso a pequenas parcelas de terrenos aráveis públicos e dando formação em agricultura às pessoas interessadas em dedicar-se à atividade” (FONSECA, 2014, p.24).

Entretanto, volta-se a uma das questões centrais nos estudos sobre o mundo rural português. As transformações nesse mundo evidenciam uma quebra do lugar central da atividade agrícola e uma “crescente intensidade dos fluxos com o exterior nos quadros da vida e da economia” (BAPTISTA, 2009), fenômeno que ocorre e se expressa nitidamente nos níveis locais:

Este já não coincide com o espaço da econômica local, não delimita mercados de trabalho, nem coincide com o espaço social dos residentes. O local mantém, de qualquer modo, relevância como expressão da diversidade do rural e também como um espaço: de residência e de vida das populações; de representação dos interesses, nomeadamente através das autarquias, e de participação cívica (BAPTISTA, 2009, p. 8).

Com a fragilidade de um rural centralizado ou dissociado do agroflorestal e o predomínio de suas relações com o exterior, antes fortemente associado às explorações

agrícolas, passa a depender das procuras ou expectativas que lhes são externas, ou seja, espaço de consumo, sobretudo das populações urbanas. Dessa forma, as dinâmicas ocorridas no mundo rural passam a ser organizadas e feitas sob demanda de fluxos e procuras urbanas. Passa-se de um espaço de produção para um espaço de consumo.

Nesse cenário, o debate sobre o rural português passa a se centrar em um conjunto de funções que devem corresponder às expectativas da sociedade, sendo elas: produção agrícola e vegetal; proteção ambiental e conservação da natureza; valorização econômica dos recursos naturais; atividades territoriais (caça/pesca, esportes, propiciar contato com a natureza); e atividades relacionadas à herança rural (o patrimônio material e imaterial). Além destes, os meios rurais passam a representar espaços de vida, com forte peso o rural com local de morada, mas não necessariamente ligada às atividades agrícolas.

A noção de espaços de vida remete aos espaços praticados, onde há a presença de emoções e raízes. Remete às práticas concretas nos lugares, nos percursos diários e rotineiros de um conjunto de categorias sociais (habitantes, trabalhadores, consumidores de bens, serviços e lazer etc.). É “o espaço da ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência efetiva, seja ela econômica, social, etária etc.” (CAVACO, 2004, p.39), as quais afetam os comportamentos espaciais, delimitando o particular no âmbito geral. Os espaços de vida englobam os lugares cotidianos e da familiaridade, em decorrência das experiências pessoais (práticas pessoais e particulares), o que é apropriado, mas também trata da experiência contada pelos outros (memória), portanto, tanto do real, como também do imaginado/sonhado, em um passado distante ou não, ou seja, espaço vivido para além das fragmentações reais e das referências sensoriais, entendido também como mental e imaginado.

É no espaço de vida que se têm as relações afetivas e racionais e onde se expressam determinadas características da vida no lugar: os modos de vida e suas particularidades, dentro da fragmentação espacial, e as redes sociais (contínuas ou não).

Habitar remete a frequência, permanência, descanso, prática do espaço, criação de laços pela atuação, familiaridade do vivido. Remete a um conjunto de experiências geográficas que engloba tanto a prática dos lugares visitados, como também a relação com os lugares imaginados ou praticados. As formas de habitar podem ser sedentárias

(fixas) ou móveis (STOCK, 2007). O habitar é resultado de múltiplas relações (sociais e com o espaço) baseadas em intencionalidades e práticas. Há uma multiplicidade de lugares com distintos significados para cada indivíduo. Nas sociedades contemporâneas, inseridas em redes sociais, técnicas e informacionais, os indivíduos praticam uma multiplicidade de lugares em circunstâncias e com intencionalidades distintas. As práticas dos lugares contribuem para o habitar dos lugares e detêm diferentes significados definidos a partir das relações com os vários lugares que são integrados na espacialidade dos indivíduos, seja elas corriqueiras, cotidianas, ocasionais ou ritualísticas. Em seu significado mais íntimo, a noção de espaço de vida (CAVACO, 2004), espaço vivido e o conceito de habitar (STOCK, 2000) remetem aos múltiplos significados dos lugares.

Um indivíduo não habita apenas o lugar de domicílio e não habita apenas quando reside. O mesmo lugar tem múltiplos significados conforme as distintas intencionalidades de suas práticas, em conformidade com as diferentes situações e indivíduos, para diferentes práticas. Cavaco (2004) afirma que a sociedade moderna é marcada por uma mobilidade cotidiana e de trajeto de residências de vida não mais esmagada pela sedentariedade, marcada cada vez menos pelo nascer e morrer no mesmo lugar e, com isso, marcada por novas competências geográficas. Dessa forma, houve uma profunda mudança nas relações com o espaço e igualmente nos valores dos deslocamentos e no sentido das relações com os espaços de vida. Mudaram também os significados de proximidade e distância (perto/longe).

O habitar também é um conceito que se apresenta como fenômeno espacial, o fenômeno da multiplicidade de habitantes, do cotidiano (e não cotidiano), das intencionalidades das práticas dos lugares e do sentido que estes assumem (residência, trabalho, lazer, consumo, recreação etc.). Remete também às questões sociais e culturais, considerando que os indivíduos não são livres, tanto em matéria de prática espacial, quanto em frequência de lugares (acesso, valores, informação). O habitar expressa uma diversidade nos espaços e nos tempos de vida: estilos de vida, frequência e prática de um grande número de lugares, com conhecimento e intensidade diversos. “Os homens são geograficamente plurais” (CAVACO, 2009, p. 40), não são sedentários e dispõem de intensas e distintas mobilidades (circulação, migração, migração circulatória, entre variadas residências etc.) e se relacionam com os lugares. Nesse

sentido, as diferentes mobilidades e as relações com os lugares podem apontar para as condições sociais e a posição (diversas posições) do indivíduo na estrutura social. Os habitantes temporários portugueses, que detêm uma segunda residência no Algarve ou no Litoral (Portugal), a migração temporária de mexicanos coletores de laranja nos Estados Unidos, ou os cortadores de cana-de-açúcar oriundos do Nordeste Brasileiro ou do Vale do Jequitinhonha, que residem em alojamentos precários no Estado de São Paulo, enfim, mobilidades profissionais ou de lazer, contêm em si sentido e significados distintos e também um forte indicador dos lugares de estar e habitar como um elemento de exclusão social. Os indivíduos que se relacionam com diferentes lugares, multiresidência e multilocalização, por necessidade e/ou por escolha, apontam para uma mudança na relação com o espaço e no valor dos deslocamentos, assim como para o sentido de relação com/nos espaços de vida.

O próprio sentido dos deslocamentos aponta para as assimetrias entre os indivíduos, como por exemplo, os migrantes temporários da construção civil ou os estudantes que migram para estudar. Se os homens são plurais pela mobilidade, física, eletrônica e digitalmente, há uma imobilidade de indivíduos que residem permanentemente em um único lugar, devido à ausência de rendimentos monetários. A não mobilidade expressa uma carência econômica e a limitação de novas experiências a quase sempre numa mesma vila, aldeia, comunidade etc. Com novas residências e novas formas de habitar, dentre eles, estrangeiros aposentados, portugueses reformados que tem no meio rural uma segunda ou principal residência e/ou os turistas rurais que optam pelo turismo na modalidade rural (CAVACO, 2009).

Residir remete ao lugar de domicílio, ou seja, onde se permanece habitualmente, e até mesmo onde se estruturam os territórios pessoais e se têm suas raízes. É da residência que são definidas as estratégias de deslocamentos diários para as práticas do cotidiano, o que pode ser entendido como a espacialização dos modos de vida. O lugar de domicílio é um elemento estruturante (um centro) dos espaços de vida, mas também de suas identidades espaciais. É um lugar de habitar e também de trabalhar. O lugar de residência é apenas uma questão de estatística, presente nos recenseamentos, ou seja, o lugar em que se habita. A importância do rural como lugar de morada aponta para uma possibilidade de mudança dos tecidos sociais (inclusive pessoas de origem urbana),

revitalização das aldeias (melhoria das casas), modos de habitar com intuitos diversos (morada, trabalho ou ambos), etc.

### **Classificação na perspectiva europeia e portuguesa**

Os processos sociais que ocorrem no espaço português dificultam uma classificação que distingue dois mundos, o rural e o urbano, baseado exclusivamente em critérios de ocupações de suas perspectivas populacionais, sobretudo por considerar a dificuldade de uma convergência entre a agricultura, a sociedade e o rural. Qualquer delimitação das fronteiras, considerando os mundos rurais e urbanos como delimitados por atividades agrícolas e por outras industriais e de serviços, respectivamente, estará fadada a sérios problemas de classificação e perda de capacidade heurística. A heterogeneidade, a dimensão geográfica e as diferenças de escalas colocam dificuldades na definição de tipologias dos espaços rurais, implicando na adoção de critérios classificativos mais ajustados às novas realidades regionais e locais (JACINTO; ALVES, 2012).

O que a literatura portuguesa aponta é que os indicadores utilizados para delimitar o que se entende por rural e caracterizar e delimitar o seu território deve ser variado. Baseado nos trabalhos de Baptista (2001) há uma classificação do meio rural português considerando a densidade rural (hab./km<sup>2</sup>). Considerando essa experiência, há uma distinção dos municípios em quatro tipos: rural agrícola, rural apoiado na indústria, nos serviços e rural urbano.

A diversidade do mundo rural português, a dimensão demográfica e a diferenciação de escala, impõem dificuldades na criação de tipologias dos espaços rurais, o que aponta para a necessidade de criação ou a adoção de um conjunto de critérios adaptados às realidades locais e regionais.

A definição tipológica do que se entende por rural e urbano para o caso europeu foi e permanece sendo baseado na densidade /concentração populacional. Para definir o que se entende por zonas urbanas e rurais, a Comissão Europeia utiliza os seguintes critérios: as zonas urbanas correspondem a um limiar de densidade populacional (300 hab./km<sup>2</sup>), considerando o recorte de 1km, limite mínimo de 5.000 habitantes aplicados aos grupos que ultrapassem o limiar da densidade. As populações rurais são consideradas os grupos sociais que residem fora das zonas consideradas urbanas. (JACINTO; ALVES, 2006, p. 129).

Essa definição sobre o que se entende por um recorte de rural e urbano influencia na classificação portuguesa para esses referidos universos. Conforme Jacinto e Alves (2006 p. 129), a adaptação da metodologia da Comissão Europeia para o caso português em 2001 teve como objetivo definir o grau de urbanização do país. O espaço rural passou a ser designado como uma área pouco povoada, que não é urbano (contraposições dos espaços), sendo o rural o que é exterior às cidades. O rural é o espaço que está fora dos agrupamentos urbanos, corresponde à “população que vive em quadrículas contíguas com 1 km<sup>2</sup>, cuja densidade populacional é igual ou inferior a 300 hab./Km<sup>2</sup> e a população residente total inferior a 5.000 habitantes.

O meio rural europeu passou por profundas mudanças desde o início do século XX e, sobretudo no período pós-segunda guerra mundial. A situação econômica, demográfica e social dos países europeus aponta para grandes heterogeneidades e com uma diversidade que se expressa inclusive no interior dos países. No geral, ao longo do tempo ocorreu no meio rural um declínio lento, (França, Dinamarca, Itália) e uma significativa melhora (Suécia e sul da Inglaterra). Em um âmbito geral, a noção de inovação, as abordagens em parcerias e o desenvolvimento potencial endógeno local potencializaram uma espécie de entusiasmo moderado com os espaços rurais.

As políticas de desenvolvimento rural, as nacionais e as mais localizadas, privilegiaram uma diversidade de atividades econômicas no mundo rural, e não apenas as agrícolas, com especial destaque para o turismo rural. As políticas específicas de formação profissional aplicadas em países como a Dinamarca, Alemanha, Suécia ou a França tem produzido resultados no meio rural dos respectivos países.

O fenômeno que ocorre nesses países aponta especialmente para determinados grupos sociais: as populações não agrícolas ou que não se dedicam exclusivamente à produção animal e vegetal. Trata-se de grupos que, para manter suas condições de vida e os seus empregos, necessitam de políticas e programas que valorizem a vocação turística das localidades em que residem, como exemplo, regiões desfavoráveis a uma intensificação da agricultura e a existência de grandes explorações capitalistas, como as zonas montanhosas europeias. Essas zonas montanhosas, como exemplo em Manteigas (Serra da Estrela - Portugal) ou Theys, pequena aldeia francesa, situada a 600 metros de altitude, em território conhecido como “o balcão de Belledonne”, são localidades que estão abertas a necessidade das atividades complementares à agricultura ou a

monoatividade no meio rural (como exemplo o turismo). No meio rural europeu, as atividades não-agrícolas (complementares ou suplementares à atividade agrícola) em grande medida são exercidas por agricultores que são marginalizados pelo processo de modernização agrícola. Para esses grupos, os rendimentos provenientes da exploração do turismo ou a comercialização de produtos oriundos da atividade agrícola possibilita a sua própria permanência no meio rural e até mesmo a continuidade (de indivíduos e famílias) na atividade agrícola.

No geral, o espaço rural português pode ser caracterizado pelo declínio do rural tradicional e agrícola (pautada na produção animal e vegetal). Uma síntese do mundo rural português pode ser apresentada por Cavaco quando afirma que:

Portugal exemplifica claramente a decadência dos espaços tradicionais ao longo do século passado. Depois dos máximos demográficos dos anos 30, mas, sobretudo dos meados do século, êxodo, emigração, secundarização da atividade agrícola (pluriatividade e plurirendimento), abandono dos campos, extensão dos sistemas de cultivo, alargamento de incultos, florestação, multiplicação das ausências, já não apenas sazonais nem limitada aos espaços sazonais, despovoamento e abandono de lugares e aldeias, envelhecimento da população residente e, mais ainda da agrícola (CAVACO, 2014, p.78).

No mundo rural em questão (o português), as crises que há na atividade agrícola se deparam nas escalas locais com a dificuldade de permanência das famílias na atividade agrícola como atividade exclusiva. A possibilidade de novas inserções laborais e a valorização de empregos próximos as suas residências, como exemplo na indústria (minas, têxteis, pasta de papel), na prestação de serviços, na construção civil, etc., apontam para um conjunto de atividades concentradas nas vilas e cidades (sobretudo nas áreas litorâneas portuguesas) que secundarizam ou até retiram famílias e indivíduos da atividade agrícola.

O rural passa a significar mais propriamente um local de morada. Um dos fatores que fortalecem a permanência no meio rural é o custo de vida mais baixo no rural que nas cidades, mas não apenas. O referido fenômeno também está muito relacionado às novas formas de transportes (motos, caminhões, carros particulares etc.) que diminuem a distância entre o local de morada e de trabalho, ou o que Cavaco (2014) denomina de aproximação entre diferentes espaços de vida. Para a autora, a pluriatividade e os plurendimentos das famílias e dos indivíduos, a presença de distintos tipos de mobilidade espacial, a proximidade de aldeias, vilas e cidades, as migrações

pendulares para os centros de serviços e de serviços, são fenômenos presentes no cotidiano português que diminuem as distâncias entre os espaços rurais e urbanos e dificulta a delimitação de fronteiras entre esses mundos, sobretudo, pelas intensas trocas materiais e simbólicos dos indivíduos que circulam entre eles.

Como um contraponto ao esvaziamento do mundo rural português, há um fenômeno específico referente à atração desse mundo como local de morada por parte de pessoas com origens urbanas. O rural passa a ser local de residência de novos habitantes de origem urbana em decorrência das “condições e quadros de vida-ambiente, segurança, convivialidade, modos de vida mais sustentáveis, urbanização (sociológica e física) das aldeias, fluidez da fronteira rural e urbano e desaparecimento do rural profundo (CAVACO, 2014, p.79).

Na experiência portuguesa, mesmo com o significativo êxodo rural e a progressiva diminuição dos residentes nesse mundo, há também a chegada de um conjunto de elementos que significam uma elevação das condições de vida dos indivíduos e famílias ali residentes: água encanada, luz elétrica, transporte (públicos e privados), eletrodomésticos, instituições educacionais (com destaque para as escolas e os infantários), serviços médicos, assistência às pessoas da terceira idade etc., o que significa a possibilidade de ampliação da qualidade de vida dos residentes. Entretanto, a literatura portuguesa aponta para um contínuo processo de saída do meio rural com a ausência das pessoas materializada nas casas abandonadas (vazias e em ruínas), perceptíveis nas aldeias ou em residências geograficamente mais isoladas.

A migração campo-cidade (no âmbito nacional) e a imigração para distintos países (Inglaterra, França, Andorra, Liechtenstein etc), como um projeto (individual e familiar) para melhoria nas condições de vida, afastam os seres migrantes dos seus locais de origem e espaço de vida. Em experiências locais em Portugal, não é raro situações de solidão no meio rural, na ausência de familiares, vizinhos e amigos, que é sentido pelos que permanecem, principalmente, mas não apenas, os idosos. O rural representa também um isolamento geográfico e social. Há ausência dos familiares e amigos, mas também do carteiro, padeiro, vendedores ambulantes e até mesmo a ausência de determinados rituais religiosos em que as pessoas se encontram, sociabilizam e trocam informações, como nas missas dominicais.

O rural português representa um *mix* de arcaicos e modernidade que coexistem. Por um lado, persistem uma produção agrícola camponesa baseada no autoconsumo, pequenas produções agrícolas, uma diversidade tradicional de cultivos, mas há também uma agricultura altamente tecnificada e apoiada em uma produção agrícola caracterizada por intensa modernização tecnológica, mecanização, uso de adubos químicos, sistemas altamente modernos de irrigação etc, que significa uma agricultura altamente capitalizada, direcionada principalmente aos mercados internos e externos. Trata-se de uma agricultura com alta produtividade e rendimentos e que pode ser considerada como experiências de sucesso no âmbito do capitalismo.

No âmbito geral, Portugal é marcado por profundas heterogeneidades que se expressam nas escalas locais. Algumas abordagens macro como o Norte português (minifúndio) e o Sul (latifúndio), a oposição campo e cidade (e as distintas relações entre ambos os universos), o litoral e o interior, traçam um perfil do país, mas não consegue exemplificar o conjunto de processos sociais existentes entre esses universos vistos como diferentes (mas, complementares). A existência de fronteiras que demarcam distinções entre os espaços nem sempre dá conta de abarcar os processos que ocorrem entre os mesmos. A própria migração pendular da força de trabalho do campo para a cidade e os ditos rurais consumindo bens materiais e simbólicos considerados urbanos fragilizam as fronteiras culturais entre campo e cidade. A permanência da dicotomia rural e urbana para fins estatísticos aponta para a mesma fragilidade e as limitações dessas classificações.

Os processos sociais em Portugal apontam para uma constante relação entre as ditas populações rurais e o meio urbano. Experiências espaciais específicas, como exemplo, o rural como local de morada, caso dos reformados/aposentados de origem urbana, adquirindo e renovando velhas residências para as férias ou residências secundárias ou alugam casas localizadas no campo para viverem um tipo de modo de vida mais bucólico, apontam para um tipo de relação entre mundos rurais e urbanos.

Determinadas experiências, tais como o turismo rural (e seus distintos tipos), agroindústria, prestação de serviços etc, apontam para uma diversidade, presente ao longo do tempo/espaço, tornando altamente complexo e complicado qualificar situações sociais tão heterogêneas. No geral, se há na experiência portuguesa fronteiras imaginárias entre o norte e sul, litoral e interior, é cada vez mais difícil delimitar as fronteiras entre o rural e urbano. Rural que cada vez mais incorpora bens e serviços

ditos “urbanos” e cada vez mais passa por um processo de transformação de um espaço agrícola para um espaço de consumo.

A ideia do espaço de consumo será apresentada nesse texto a partir de 3 (três) experiências e em pelos menos 2 (duas) perspectivas: I - Força da atividade agrícola como estilo de vida; II - o turismo rural; III - Importância do rural como espaço de vida (local de morada). O quadro 2 (dois) apresentará duas perspectivas distintas de gestão das propriedades rurais: espaços rurais agrícolas (força da atividade agrícola como produção) e consumo dos espaços rurais (força da atividade agrícola como estilo de vida).

**Quadro 2:** Gestão das propriedades rurais: duas perspectivas

Espaços rurais agrícolas Força da atividade agrícola como produção	Consumo dos espaços rurais Força da atividade agrícola como estilo de vida
Principais características	Principais características
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte peso da atividade agrícola (produção animal e vegetal);</li> <li>- A agricultura é praticada como uma atividade focada na produção e na geração de emprego e renda;</li> <li>- Atividade agrícola fomentada por políticas públicas no âmbito da Política agrícola Comum (PAC) e Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) – políticas específicas de apoio ao setor agrícola;</li> <li>- Necessidade de aumento da produção mediante a promoção da industrialização das tecnologias agrícolas;</li> <li>- Possibilitar um rendimento estável aos agricultores;</li> <li>- Assegurar a disponibilidade de produtos agrícolas para os consumidores a preços acessíveis;</li> <li>- Garantia de competitividade nos mercados agrícolas;</li> <li>- Produção agrícola tem maior destaque que as questões ambientais;</li> <li>- Perspectiva da terra como produto (produtivista).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte peso das atividades agrícolas como um estilo de vida;</li> <li>- A agricultura tem uma finalidade recreativa ou como um dos elementos determinantes de um estilo de vida rural, marcada por uma maior proximidade com a natureza (preservacionismo da fauna e flora), hábitos saudáveis de consumo e de vida;</li> <li>- O fenômeno ocorre de forma espontânea;</li> <li>- As pequenas famílias de agricultores ultrapassam uma visão do rural convencional ligado estritamente à produção e passam a ver o rural a partir da transição do rural convencional de produção a noção de rural multifuncional;</li> <li>- Implicitamente contesta o domínio estrito dos valores de produção (estritamente agrícola) com o surgimento de um <i>mix</i> de valores de consumo dos espaços agrícolas e de proteção;</li> <li>- Novos padrões de gestão das terras agrícolas. Famílias que tratam a agricultura como estilo de vida têm outras prioridades que a geração de renda com a gestão de sua propriedade. A gestão da propriedade surge como uma oportunidade para valorização ou a manutenção de funções ambientais e de amenidades, que é esperado de uma paisagem, sobretudo, mas não apenas, de pessoas oriundas das cidades que desejam contemplar uma paisagem rural (não raro uma visão idealizada da referida paisagem).</li> </ul>

**Fonte:** BAPTISTA, (2009); Encontro dos Grupos de Pesquisa e Trabalho de Campo no âmbito do IX Congresso da Geografia Portuguesa-Évora (ALENTEJO) (2013); CAVACO, (2014); Pesquisa de Campo (2014).

Esses novos tipos de agricultores, que apropriam do rural como espaços de consumo e expressão de estilos de vida são residentes em áreas rurais e isso tem impactado nas estruturas sociais e de sua própria comunidade rural de destino. Em Portugal, as primeiras experiências nesse sentido se dão ao longo dos anos 90, principalmente nas pequenas propriedades nos arredores de Montemor-O-Novo (Distrito de Évora na região do Alentejo). Os processos sociais estão em distintas fases ao longo do território português, assumindo, portanto, distintas relevâncias nas escalas locais, mesmo por se tratar de experiências pontuais. Entretanto, pode-se observar uma mudança no âmbito de uma expansão da agricultura como estilo de vida e também um reconhecimento deste novo tipo de gestão da terra agrícola, que se difere dos agricultores comerciais por centrar na qualidade de vida, a proximidade e necessidade de preservação da natureza e a produção de alimentos mais saudáveis (estilo de vida e consumo).

A gestão das propriedades rurais em Montemor-O-Novo na experiência portuguesa podem ser caracterizadas por: I - Processos bottom-up (De baixo para cima); II – Possui baixíssima ou até mesmo ausência de uma organização formal; III – Experiências que apresentam novas formas e gestão das terras agrícolas e novas formas de agricultura (mais preservacionista); IV – Baixa ênfase na comercialização ou a criação de uma ligação direta e próxima com o consumidor (perspectiva pós-produtivista); V – Novos agricultores como estilo de vida usa seu poder de compra nas áreas rurais; VI - Trata-se de formas locais de ocupação do rural relativamente novas em contraponto as formas convencionais de exploração das propriedades agrícolas; VII – Surgimento de novas formas de relações sociais entre os agentes sociais envolvidos nas iniciativas (no âmbito local) e outros agentes locais (urbanos e rurais); VIII – Processos que envolve gestores das terras agrícola, mas que não se condisseram necessariamente agricultores no sentido *stricto sensu* da palavra. Os novos agricultores, são geralmente, tem uma qualificação (educação formal não necessariamente ligada à agricultura) e detêm níveis de riqueza pessoal ou de rendimentos que possibilita a compra de uma pequena propriedade.

Um dos principais fatores que induz o processo de mudança está associado a valores generalizados na sociedade baseado no bem-estar, saúde, ambiente e a natureza. Nesse âmbito, a agricultura surge como um estilo de vida. O referido estilo de vida é viabilizado pelo aumento da possibilidade de acesso a terras nas áreas rurais e a

possibilidade de mobilidade dos indivíduos que residem nessas áreas e podem transitar pelas áreas urbanas, apropriando da possibilidade de escolha do melhor entre os dois mundos, como exemplo, vida tranquila na área rural e acesso aos médicos nas áreas urbanas.

Os avanços nas tecnologias de informática também viabiliza o trabalho em casa. Esse fator é um dos elementos que facilita a divulgação do turismo rural. O turismo rural tem sido um dos fatores de revitalização de áreas propensas ao abandono da atividade agrícola ou até mesmo a diversificação social (pessoas urbanas atraída pela vida no campo).

A manutenção das florestas, uma atividade agrícola menos impactante, como exemplo, os vinhedos no Alentejo, a preservação de casas que mantêm a arquitetura das aldeias, são alguns exemplos que impacta no dinamismo econômico local e fortalece um rural como espaço de consumo muito organizado para receber famílias com trajetórias de vida associadas ao urbano. Entretanto, trata-se de processos muita das vezes distintos: famílias que apenas buscam o rural como estilo de vida e outras que somado a isso organizam suas propriedades para atender as demandas do turismo rural.

Com um *plus* ao fenômeno, há fortes impactos nas escalas locais na medida em que novas pessoas com ideias inovadoras são introduzidas no meio rural criando novos dinamismos e novas redes, mais fortes e consistentes que a pequena agricultura convencional praticada pelos habitantes tradicionais locais.

A diversificação das funções da terra é uma alternativa para permanecer no lugar como trabalho, morada ou ambos. Ou seja, novos agentes que escolhem a agricultura como um estilo de vida baseada em uma escolha não pautada em iniciativas comunitárias, iniciativas locais ou do poder público.

Esse crescimento da agricultura como um estilo de vida surge como um movimento de agentes que veem o setor agrícola para além de uma perspectiva estritamente produtivista. Tanto que essa referida abordagem tem sido desenvolvida sem uma regulamentação do poder público e sem uma monitorização dos agentes decisórios nas políticas agrícolas.

Por outro lado, essa mudança de olhar sobre o rural tem tido como resultado um maior cuidado com a paisagem física e a ampliação de uma consciência ambiental (preservacionista) que se opõe aos grandes cultivos de laranja ou as grandes plantações

de olivais. Sobretudo, mas não apenas, as grandes plantações de olivais são tidas como uma das principais ameaças ao meio ambiente no Alentejo (região sul). No geral, o impacto resultante da plantação maciça de olivais de forma intensiva é um dos problemas presentes no território português de norte a sul, marcando uma substancial perda da flora e fauna – perda da biodiversidade.

Os cuidados com a paisagem rural têm sido sobrevalorizados pelo mercado imobiliário (setor residencial). Casas rurais próximas às áreas de pequenas explorações agrícolas tendem a ser mais valorizadas. Ou seja, o verde agrega valor aos preços das casas rurais. Áreas verdes e pequenas propriedades para exploração agrícola são bens valiosos, principalmente para famílias que decidem ter uma segunda residência, mas distante das áreas de uso exclusivo comercial. São famílias que buscam a agricultura como estilo de vida ou rural apenas como lugar de morada atraídas por um modo de vida mais próximo ao verde e a tranquilidade que o campo supostamente possa oferecer.

Nos arredores de Coimbra (norte) e Alentejo (sul) um dos fatores de revitalização dos espaços rurais se dá pela chegada de famílias com trajetórias de vida na cidade, sobretudo, mas não apenas os reformados (aposentados).

Os espaços rurais passam a registrar uma nova dinâmica demográfica, econômica, social e ambiental, de origem exógena, com a chegada de famílias que buscam modo de existência no campo distinto dos modos de vida urbano. É um rural como lugar de uma segunda residência ou residência principal para os reformados (aposentados) portugueses e de outros países europeus (Holandeses, Ingleses, luxemburgueses etc.).

**Quadro 3:** Rural como lugar de morada e espaço de consumo: três experiências em Portugal

Localidades	Principais características
<b>Coimbra (norte-litoral)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rural como lugar de morada;</li> <li>- Força do rural como uma forma de habitar (qualidade de vida e saúde mental);</li> <li>- Profissionais liberais e funcionários públicos que residem nas aldeias e trabalham em Coimbra;</li> <li>- Rede de transportes públicos, baratos e de qualidade que facilitam o deslocamento cotidiano – rural (lugar de morada) e Cidade (lugar de trabalho);</li> <li>- Difusão da informação (telefone portátil, televisão por cabo e internet) que diminuem o isolamento e o acesso à informação;</li> <li>- Atividade agrícola é residual (cultivos de oliveiras e uvas nos fins de semana ou feriados).</li> </ul>
<b>Montemor-o-Novo (sul – interior)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rural como lugar de morada, trabalho ou ambos;</li> <li>- Sentimentos de rejeição a cidade, dos lugares urbanizados, dos meios cimentados, das imobilidades e lentidões;</li> <li>- Desejo de contato com a natureza, espaços verdes tranquilos (com luz e silêncio);</li> <li>- Acesso aos lugares com outras qualidades estéticas distintas do urbano: paisagens com qualidade visual e emocional (a atração do verde e o verde como cenário para a vida);</li> <li>- Proximidade ao verde e a qualidade de vida;</li> <li>- Atração pelos espaços rurais valorizando uma natureza domesticada (“bem comum); espaço-paisagem, espaços a serem preservados (pitoresco) e belo (plantações – frutíferas e de embelezamento das paisagens).</li> </ul>
<b>Algarve (Sul-Litoral)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O rural como lugar de morada e trabalho;</li> <li>- O verde e o ecológico com elemento de diferenciação no mercado turístico;</li> <li>- Local de residência de estrangeiros predominantemente reformados (aposentados);</li> <li>- Destino dos russos, luxemburgueses, holandeses, ingleses etc. que buscam o clima ameno, a beleza das praias, residências rurais com jardins e uma paisagem atraente (atração pelo verde);</li> <li>- Segunda residência de famílias portuguesas e de outros países com alto poder aquisitivo que contrasta com o turismo de massa atraídas pelas praias e pelo consumo de massa;</li> </ul>

**FONTE:** BAPTISTA, (2009); Encontro dos Grupos de Pesquisa e Trabalho de Campo no âmbito do IX Congresso Da Geografia Portuguesa-Évora (ALENTEJO) (2013); CAVACO, (2014); Pesquisa de Campo (2014).

As três experiências no quadro 3 (três) tratam do rural enquanto espaço de consumo e não estritamente como espaços de produção. São os aglomerados rurais que tendem a ser dissociados dos espaços estritamente agrícolas que os rodeia. Os campos de cultivo devem dar lugar ao campo. Esse campo sem os trabalhos e os dias restritos as atividades agrícolas e ainda menos sem a pobreza das sociedades rurais tradicionais como há no “Portugal profundo”. Esse campo é entendido como lugar da natureza, das paisagens e cenários. Essa visão se distância da terra como recurso (espaço de produção). Se os agricultores portugueses são cada vez menos numerosos (CAVACO, 2009), menos significativos no contexto da estrutura social geral e com menor rendimento, o abandono das casas rurais é mitigado pela chegada dos “novos rurais” com uma visão até mesmo idealizada sobre o rural: da natureza a ser preservada e a atividade agrícola como uma atividade secundarizada ou inexistente. Viver em um

espaço rural da convivência aldeã, da disponibilidade de grandes casas e quintais, da calma, isolamento e tranquilidade. Viver em um rural que a natureza possa ser comercializada, admirada, preservada e consumida pelos urbanos.

### **Considerações finais**

Na experiência portuguesa, os estudos rurais têm retratado consideravelmente o declínio e, até mesmo, o desaparecimento da produção agrícola e a desconexão ente espaços, atividades produtivas e populações rurais.

Este declínio seria tanto econômico, quanto demográfico e cultural. Com a entrada do país em uma escala econômica e social mais ampla, a União Europeia, houve uma nova direção para o rural português: a ambientalização e a patrimonialização. Entretanto, essa direção não representou efeitos significativos tanto nos aspectos demográficos quanto produtivos. Com um efeito contrário, este referido processo contribui para uma transformação do rural como a ser consumido e até mesmo viver (local de morada), diminuindo inclusive as atividades produtivas no meio rural. Nesse sentido, o renascimento do rural ou o processo de contra urbanização identificados em outras experiências, como na França, não tem a mesma expressão para o caso português.

Há na experiência portuguesa uma migração urbano-rural, mas são casos pontuais que estão ligados a determinados grupos, sobretudo o retorno de migrantes portugueses ou estrangeiros reformados (aposentados) que optam por viver em aldeias e vilas portuguesas. Há uma heterogeneidade maior nos grupos que retornam ou optam por viver no mundo rural, mas merece destacar uma motivação ideológica relacionada a indivíduos ou famílias que desejam mudar de vida e ter um modo de vida rural, mas não necessariamente dedicando *full-time* a produção agrícola.

Diante de situações plurais, a presença de novos rurais ou dos retornados tem tido como um dos efeitos a revitalização dos lugares, dentre eles, com as melhorias das residências. Mesmo que pontual, também tem sido identificado um processo de dinamização do rural contrário a uma perspectiva de desertificação humana. Em um país em que houve forte mobilidade espacial do campo para a cidade, concentrando-se, sobretudo na área litorânea, a presença desses grupos sociais no rural e no interior tem

sua relevância na medida em que se trata de lugares fortemente atingidos pelo processo de desertificação.

Parte dessa migração rural-urbana deu-se por uma visão negativada da agricultura, vista principalmente como atrasada e pouco produtiva, somada aos processos de modernização e industrialização que ocorreram rápido e condensadamente, sobretudo na faixa litorânea portuguesa. A migração em busca de melhores condições de vida e empregos nas indústrias e nos serviços contribuiu para o envelhecimento das populações dedicadas à agricultura. Com os processos de exclusão dos agricultores dos processos de modernização, o rural português tende a ser cada vez mais local de morada de reformados, dos idosos.

Mesmo considerando a diversidade de agentes e atores e fatores ligados à migração ou ao retorno, é importante assinalar que na conjuntura da crise econômica há iniciativas em Portugal motivadas a dar resposta estruturais ao despovoamento de grande parte do território português, sobretudo no interior e no rural, entretanto, no rural permanece ocorrendo os fenômenos de envelhecimento populacional, perda da centralidade das atividades agrícolas e uma configuração enquanto espaço de consumo.

## Notas

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao professor Rui Missa Jacinto, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra (CEGOT-UC) pelas sugestões de bibliografias e pelos debates sobre a temática tratada no presente artigo.

## Referências

BAPTISTA, F. A agricultura e a questão da terra: Do Estado Novo à Comunidade Europeia. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXIX (4.º), n. 128, pp. 907-921, 1991.

\_\_\_\_\_. **Agricultura, Espaço e Sociedade Rural**. Lisboa: Fora de Texto, 1993.

\_\_\_\_\_. Territórios de baixa densidade: olhares e prospectivos.in: In: BAPTISTA, F. **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança**. Proença-a-Nova: CCD, 2009.

CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris** (Campinas), v. 02, p. 9-39, 2008.

CARNEIRO, I. **O Desenvolvimento Rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer... A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para**

**uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal.** In: Conferência políticas públicas para o desenvolvimento, 2005, Lisboa.

CAVAVO, C. Os espaços rurais como espaços de via: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: BAPTISTA, F. **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança.** Proença-a-Nova: CCD, 2009.

\_\_\_\_\_. **Do despovoamento rural ao desenvolvimento local.** Programa das Artes e Ofícios Tradicionais. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1994.

DOMINGUES, A. **Vida no campo.** Porto: Dafne Editora. 2011.

FIGUEIREDO, E. (coord.). **O Rural Plural. Olhar o presente, imaginar o futuro.** Castro Verde: Luz, 2011.

KAYSER, B. **La renaissance rurale,** Paris: A. Colin, 1990.

MARSDEN, T. Beyond .Agriculture: regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies,** v. 11, n. 3, pp. 285-296, 1995.

MATEUS, A. (coord.). **25 Anos de Portugal europeu. A economia, a sociedade e os fundos estruturais.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

MORMONT, M. Vers une redéfinition du rural. **Recherches Sociologiques,** vol. XX, n. 3, pp. 331-350, 1989.

MORENO, L. **Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental as orientações coesivas para um meio rural inovador:** Caminhos e Caminhantes. Lisboa, 2007.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SMZRECSANY, I.; QUEDA, A. **Vida Rural e Mudança Social.** São Paulo. ed. Nacional, 1979, p. 03 – 14.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.A.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J.S. (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

Recebido em 10/12/2015. Aceito para publicação em 28/05/2016.
--